

# NEIL SMITH E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITALISMO

*José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior*

Mestrando em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

**RESUMO:** Este trabalho, a partir de um ponto de vista crítico, identificado com a *economia política marxiana*, objetiva discutir e abordar as ideias centrais que permeiam a obra *Desenvolvimento Desigual* do geógrafo escocês Neil Smith. Baseado no *método dialético marxiano*, propõe-se analisar e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com o autor no intuito de mostrar o caráter *espacial* do desenvolvimento desigual do capitalismo. Parte-se da hipótese de que a obra em questão detém enorme riqueza teórica e conceitual e, portanto, faz-se necessária uma leitura geográfica com o fito de compreender o processo capitalista de *produção do espaço* a partir do recurso analítico das *escalas* com o intuito de *espacializar* a economia política. Do ponto de vista empírico, selecionou-se como objeto de reflexão a empresa *Suzano Papel e Celulose* devido a sua intensa influência materializada na sua *territorialização* no Maranhão. Desse modo, visamos contribuir para o estudo *geográfico* da *questão do desenvolvimento desigual*.

**Palavras-chave:** Neil Smith; Desenvolvimento desigual; Suzano Papel e Celulose.

## NEIL SMITH AND THE UNEVEN DEVELOPMENT OF CAPITALISM

**ABSTRACT:** This paper, from a critical point of view, identified with the *marxian political economy*, aims to discuss and address the central ideas that permeate the work *Uneven Development* of the Scottish geographer Neil Smith. Based on *marxian dialectical method*, is proposed to analyze and, at the same time, establish a dialogue with the author in order to show the *spatial* character of the uneven development of capitalism. It starts with the hypothesis that the work in question has enormous theoretical and conceptual richness, and therefore, it is necessary a geographical reading with the purpose to understand the process of capitalist *production of space* from the *scales* analytical resource in order to *spatialize* political economy. From the empirical point of view, it was selected as the object of reflection the company Suzano Pulp and Paper because of their intense influence materialized in its territorialization in Maranhao. Thus, we aim to contribute to the geographical study of the uneven development question.

**Keywords:** Neil Smith; Uneven Development; Suzano Pulp and Paper.

## INTRODUÇÃO

Neil Smith (1954-2012) foi um geógrafo e professor de Antropologia e Geografia do centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA). Reconhecido geógrafo marxista, é considerado um dos maiores geógrafos cujas contribuições acadêmicas tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia, alcançando áreas como a Sociologia Urbana. Trabalhando como geógrafo, sua docência e produção científica abrangem temas como Desenvolvimento Desigual, Natureza, Espaço, Capitalismo, Gentrificação, Globalização e Escala.

A produção geográfica de Neil Smith explorou principalmente a relação entre a produção do espaço e a espacialização da economia capitalista. O referido geógrafo se tornou conhecido ao analisar em profundidade o fenômeno socioeconômico da *gentrificação*.

Em 1984, nos Estados Unidos, publica seu principal livro: *Desenvolvimento Desigual*. Procurando demonstrar o caráter espacial do desenvolvimento desigual, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o conceito filosófico de produção do espaço ao mecanismo analítico-geográfico das escalas com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

A dialética entre diferenciação e equalização geográficas que Neil Smith constata é a ponte por nós utilizada para compreender a *produção capitalista do espaço*. A nossa busca em desvelar o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo se faz a partir do recurso analítico-geográfico da *escala* uma vez que o momento de compreensão da produção capitalista do espaço é capturado quando nos movimentamos e reproduzimos, no *pensamento*, as leis ontológicas e objetivas da *realidade*. Assim, do ponto de vista empírico, a escolha como objeto de reflexão da empresa *Suzano Papel e Celulose* deve-se a sua intensa influência materializada na sua *territorialização* no Estado do Maranhão. Desse modo, visamos contribuir para o estudo *geográfico da questão do desenvolvimento desigual*.

## UMA LEITURA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITALISMO

Procurando demonstrar o *caráter geográfico do desenvolvimento desigual*<sup>1</sup>, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o *conceito filosófico de produção do espaço* ao mecanismo analítico-geográfico das escalas com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

Smith focaliza o caráter político-econômico do desenvolvimento desigual capitalista que remonta aos clássicos do pensamento marxista como Vladimir Lênin<sup>2</sup> e Leon Trotsky<sup>3</sup>. Em ambos os casos, está presente a concepção de que o capitalismo hierarquiza a diferença em desigualdade e assim desenvolve-se (desenvolvimento desigual, Lênin) combinando formas modernas [capitalistas] com formas arcaicas [não capitalistas] evoluindo desigualmente (desenvolvimento desigual e combinado, Trotsky).

A intentona de Neil Smith é justamente mostrar que o desenvolvimento desigual é *marcadamente espacial* na exata medida em que tende para a diferença (a incorporação da base natural ao processo de produção capitalista, a divisão territorial do trabalho) e para a igualização. Assim, concordando com Leon Trotsky, Neil Smith (1988, p.151) escreve:

---

<sup>1</sup> Foi o geógrafo anarquista Élisée Reclus quem tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. Em suas palavras: “A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um *desigual desenvolvimento* nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturalismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise” (1985, p.39).

<sup>2</sup> Lênin (1987, p.10, itálicos meus) nos fornece o exemplo das estradas de ferro mostrando o desenvolvimento desigual do capitalismo: “As estradas de ferro nos dão o balanço dos ramos chaves da indústria capitalista, da indústria hulhífera e siderúrgica, o balanço e os índices mais significativos do *desenvolvimento* do comércio mundial e da civilização democrática burguesa. [...] A *desigual* repartição da rede ferroviária, a *desigualdade do seu desenvolvimento constitui, à escala mundial, o balanço do moderno capitalismo monopolista*. E este balanço mostra que, com tal base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis durante e enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção”.

<sup>3</sup> Segundo Michael Löwy (1995, p. 73): “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky [...] é uma tentativa de [...] dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”. E prossegue o mesmo autor: “Contrariamente a Lênin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social” (idem, p.74).

Não é, como sugere Ernest Mandel, o “sistema do mundo capitalista” que está em *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes é o desenvolvimento desigual e combinado que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo.

Isso significa que a universalização do capitalismo incorpora para si as diferenças geográficas e as toma como premissas para seu desenvolvimento. Se o desenvolvimento desigual atravessa a história, ele constitui uma geografia própria sob o capitalismo.

Essa geografia do capitalismo assenta-se em uma *base natural* que confere, juntamente com a divisão territorial do trabalho, a tendência para a *diferenciação*.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. [...]

Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é a base natural para produção excedente (SMITH, 1988, p.152).

O caráter geográfico repousa no entendimento de como o *trabalho*<sup>4</sup> permite o *desenvolvimento das forças produtivas*<sup>5</sup> e conseqüentemente uma apropriação maior da *terra*<sup>6</sup> e

---

<sup>4</sup> “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2010, p.218). Engels (1979, p.215), por sua vez, assim retratou o processo de *humanização do macaco pelo trabalho*: “O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem”. O filósofo comunista húngaro György Lukács, na trilha deixada por Marx e Engels, atentou para a centralidade ontológica do trabalho: “A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal” (LUKÁCS, 2012a, p.5).

<sup>5</sup> “Nos primórdios da civilização, são pequenas as forças produtivas de trabalho adquiridas, mas também são reduzidas as necessidades que se desenvolvem com os meios de satisfazê-las e através deles. [...] Com o progresso da

da natureza. Desse modo o processo de trabalho permite que os homens se apropriem dos elementos naturais e objetivam os mesmos (transformação em objetos) humanizando a natureza e a si próprios. O território é nesse caso o âmbito da objetivação humana mediada pela relação de trabalho. A divisão do trabalho é marcadamente territorial (expressão espacial do metabolismo homem-natureza, homem-sociedade, homem-história) e incorpora a base natural da diferenciação no processo produtivo. Assim a fabricação de novos objetos produzidos pelo homem o leva a novas situações objetivas que requerem, assim, forças produtivas capazes de modificar a realidade existente. O território, assim, é o espaço usado pelos homens que incorporam a natureza ao processo de fabricação de meios de produção e subsistência abrindo novas necessidades e possibilidades de realização da existência (vida social) através da práxis criadora (o trabalho, a categoria essencial e fundante do ser social). Por isso, Neil Smith (idem, p.152-153) mostra que “numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental. Com efeito, as diferenças naturais são internalizadas como a base para uma diferenciação social sistemática do processo de trabalho”.

Obviamente, a expressão espacial mais visível da divisão do trabalho é aquela que relaciona campo-cidade às atividades econômicas agricultura-indústria<sup>7</sup>. Tanto o campo quanto a cidade<sup>8</sup> não existem “naturalmente”, assim como “não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria” (idem, p.153). Aqui a natureza joga um papel importante,

---

força produtiva social do trabalho, essa proporção cresce absoluta e relativamente. O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é resultado de um longo processo de desenvolvimento” (MARX, 2011, p.580-581).

<sup>6</sup> Marx entendia a *terra* tanto como objeto universal do trabalho humano quanto meio de trabalho: “A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano” (2010, p.212); “A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, pensar, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho” (2010, p.213). Na Geografia, o professor Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 104) assim traduziu a terra no âmbito do capitalismo: “[...] a Terra substantiva-se no capitalismo como **condição e meio** de produção, ou melhor, como ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens. E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redundava num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra”.

<sup>7</sup> Nas palavras de Marx (2010, p.406): “Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos – agricultura, indústria etc. – de divisão do trabalho em geral”.

<sup>8</sup> “O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese” (MARX, 2010, p.407).

pois seus elementos distribuem-se de maneira desigual sob a superfície da terra. A apropriação deste caráter desigual da distribuição dos elementos naturais sobre a superfície terrestre serve como base e ao mesmo tempo indica a tendência dos cultivos na superfície terrestre. No caso da indústria, o par dialético da agricultura, a localização em relação às matérias-primas serve como base, o primeiro passo, para seu posterior desenvolvimento.

Todavia, Neil Smith nos alerta sobre os perigos de uma explicação puramente natural/ambiental:

Esse tipo de explicação - a da localização geográfica das atividades sociais de acordo com as diferenciações na natureza - é o material de trabalho da Geografia tradicional. Até o presente século, e em grande parte até os nossos dias, o primado da natureza e das diferenciações inerentes dentro da natureza foram sacralizadas no estudo da Geografia (idem, *ibidem*).

Em verdade, não podemos negligenciar o papel da natureza no fornecimento de matérias-primas que se potencializam e se efetivam em objetos úteis à vida humana. Exemplifiquemos: os camponeses do Leste Maranhense<sup>9</sup> utilizam-se de determinadas madeiras (Bacurizeiro, Pau Pombo, Janaguba) com as quais edificam o telhado de suas casas. Esta não é uma informação qualquer. Pensemos em termos lukacsianos: este “simples” fato demonstra como os camponeses apropriam-se de elementos da natureza (as madeiras citadas) para satisfazer suas necessidades (a construção do telhado de suas casas). Desta forma, antecipam na consciência e dirigem sua ação para atender seus objetivos. A *prévia-ideação*<sup>10</sup> que os camponeses executam se materializam em objeto (o telhado feito de madeira extraído das chapadas). Estamos diante de uma relação de objetivação: a transformação de uma ideia em objeto. A natureza (as espécies vegetais), o objeto da ação humana (no caso dos camponeses), é apropriada e transformada pelos sujeitos da ação e,

---

<sup>9</sup> Todas as exemplificações de cunho empírico neste trabalho resultam da pesquisa em andamento desenvolvida pelo autor destas linhas na pós-graduação em Geografia Humana (USP) intitulada: *O papelão da Suzano: Desenvolvimento, Conflitos Ambientais e Impactos sobre comunidades camponesas em Santa Quitéria (MA)*. Leste Maranhense é uma das cinco mesorregiões do Maranhão. Esta mesorregião é composta de seis microrregiões: Coelho Neto, Codó, Chapadinha, Baixo Parnaíba Maranhense, Caxias, e Chapadas do Alto Itapecuru. O município de Santa Quitéria, aludido na pesquisa, faz parte da microrregião do Baixo Parnaíba.

<sup>10</sup> Segundo Sérgio Lessa (2007, p.38, *itálicos meus*) a exteriorização, para Lukács, é a distinção “entre o sujeito, portador da *prévia-ideação*, e o objeto criado no processo de objetivação”. Prosseguindo: “Ao previamente idealizar o que será objetivado, o sujeito assume que tanto a natureza quanto ele pessoalmente se comportarão da forma prevista na *prévia-ideação*” (idem, 37-38, *itálicos meus*).

ao mesmo tempo, o homem se transforma abrindo novas necessidades e possibilidades em sua relação com a natureza, a sociedade e a história.

Procurei demonstrar em termos lukacsianos que a fonte de explicação não está na natureza em si, ou seja, a natureza sendo entendida como condição única do desenvolvimento das forças produtivas. Mas sim no trabalho humano, na atividade de reprodução material, em primeira instância, da sociedade.

Smith menciona que a busca de explicações do desenvolvimento tomando como base única e exclusivamente a natureza foi uma visão que figurou na Geografia Comercial durante muito tempo, espalhando-se para Geografia Regional, Agrícola e Política.

[...] A “Geografia Comercial” descreveu a variedade de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza.

[...]

As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias-primas específicas de estradas e caminhos naturais e de coisas semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultavam do caráter particular do solo, do clima e da fisiografia (idem, p.154).

Trata-se de uma determinação negativa uma vez que transforma a Geografia em uma legisladora da atividade humana; em outras palavras, não explica a produção social das riquezas, mas preocupa-se com a localização das vantagens naturais. A natureza é, indubitavelmente, uma condição objetiva de desenvolvimento humano, *mas o desenvolvimento humano não é redutível à natureza.*

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. [...] O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas (idem, p.157).

Graças ao desenvolvimento do setor de transportes, o homem consegue afastar-se das limitações naturais e ter uma maior autonomia sobre os processos produtivos e de circulação das mercadorias. Pensemos no caso da Suzano Papel e Celulose. Para superar as limitações naturais (solos não adaptados ao cultivo do eucalipto) e as barreiras espaciais (distância dos mercados

consumidores, notadamente a Europa) ela (1) iniciou uma série de pesquisas biotecnológicas visando à seleção de clones adaptados às condições de clima e solo da região Leste Maranhense; e (2) vem implantando uma série de *objetos técnicos*<sup>11</sup> que permitam superar as barreiras espaciais: rodovias, ferrovias e portos. Assim, o homem vai cada vez mais estabelecendo mediações com a natureza por conta de suas ações e objetos técnicos que se encontram no espaço. O *desenvolvimento progressivo* do capitalismo assenta-se crescentemente em novas bases materiais que não são redutíveis às bases da natureza. Isso altera não só a relação entre sociedade e natureza, mas também a divisão socioterritorial do trabalho.

“A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral” (idem, p.159). Temos assim que o espaço é produto e premissa da divisão socioterritorial do trabalho. Smith (idem, p.163) distingue quatro escalas nas quais ocorre o processo de diferenciação social:

- a) a divisão social *geral* do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores *particulares*;
- c) a divisão do capital social entre diferentes *capitais individuais*;
- d) a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica

Para o nosso caso, interessa o que o geógrafo escocês aborda sobre a escala da divisão *geral* do trabalho porque “o capitalismo está historicamente fundamentado sobre a divisão entre indústria e agricultura” (idem, p.164). Ele alerta para o seguinte sentido:

A separação da cidade e do campo é tanto o fundamento lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e

---

<sup>11</sup> Para o caso específico de *objetos técnicos* foi o geógrafo Milton Santos (1926-2001) que a incorporou como parte de sua teoria do espaço geográfico: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses *objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades*, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico” (SANTOS, 2006, p.39, itálicos meus).



com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx, para a divisão do trabalho.

Não seria surpreendente que precisamente esta divisão do trabalho haja solapado seu próprio fundamento - a separação da cidade e do campo. A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível e algo que Marx previu. “A história da Antiguidade Clássica”, disse ele, “é a história das cidades fundadas sobre a propriedade da terra e sobre a agricultura. A Idade Média (período germânico) começa tendo a terra como o assento da História, cujo desenvolvimento posterior avança, então, na contradição entre cidade e campo; na época moderna ocorre a urbanização do campo e não a ruralização da cidade como na Antiguidade”. A separação da cidade e do campo ainda hoje ocorre de alguma forma, mas deveria ser visto como uma relíquia das origens do capitalismo. Falar dela hoje como se fosse ainda uma questão central na determinação da divisão geral do trabalho, como se faz comumente, é ler Marx de forma acrítica e fossilizar a dicotomia campo-cidade. Estritamente defendida, esta dicotomia é um derivado do dualismo ideológico mais amplo da natureza *versus* a sociedade - a máquina *versus* o jardim (idem, p.164-165).

Neil Smith acerta no fundamental: é verdade que campo e cidade estão separados. Porém, estão separados por uma contradição dialética que os unifica na totalidade do capitalismo. Além do mais, esta afirmativa não contempla o nosso estudo de caso. O *campo* na região Leste Maranhense continua sendo o *espaço da realização da existência* dos *camponeses* onde estes últimos conectam agricultura e terra comunal (como as chapadas), praticam o extrativismo vegetal (a extração do bacuri, por exemplo) para complementação da renda, fazem a roça onde plantam espécies vegetais de primeira necessidade (arroz, milho, feijão, mandioca), quebram o coco-babaçu, etc. A urbanização do campo via industrialização da agricultura não implicou necessariamente na extinção dos camponeses<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> A tese da extinção dos camponeses ficou famosa graças ao teórico e revolucionário russo Vladimir Lênin. No raciocínio de Lênin (1982), a *desintegração do campesinato* por uma diferenciação interna geraria camponeses ricos (pequenos capitalistas) e camponeses pobres (que inevitavelmente teriam que se assalariar): “A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato ‘médio’, criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando os cultivadores independentes (que praticam a agricultura mercantil sob todas as suas formas), os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, empresas comerciais etc”. (Lênin, 1982, p.115). Mais a frente completa Lênin (1982, p.116): “O outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos *operários assalariados que possuem um lote* comunitário. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Mas o seu representante típico, entre nós, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra. Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo

Vimos que a tendência para a diferenciação está atrelada a dois aspectos cruciais: a base natural da diferenciação e a divisão territorial do trabalho. Estas duas características estão em relação dialética com aquilo que Neil Smith chamou de tendência para a igualização.

Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta aniquilação do espaço pelo tempo é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência. Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual (idem, p.179).

A tendência para igualização é o nivelamento ao plano do capital. Um exemplo fornecido pelo geógrafo escocês é a relação cidade-campo. De acordo com o raciocínio do autor, o capitalismo igualizou cidade-campo via industrialização da agricultura. Ele exemplifica dizendo que a acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. Ora, mas de qual *campo* fala Neil Smith? No caso do *campo brasileiro*, como já havíamos falado antes, o que Smith aponta não se justifica totalmente porque o desenvolvimento do capitalismo tem se caracterizado de maneira *contraditória* posto que tem propriamente articulado *relações não capitalistas*, como o *campesinato*, e relações propriamente capitalistas, caso do trabalho assalariado. Assim, a proposta teórica de análise da Suzano no campo maranhense está em sintonia com a perspectiva de Oliveira (2004) que distingue dois processos: a *territorialização do capital monopolista* e a *monopolização do território* pelo capital.

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude.

Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social.

---

pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho (= “ofícios” do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra)”. Ou seja: o próprio desenvolvimento do capitalismo e de suas relações de produção engendraria o desaparecimento do campesinato.

O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Para o nosso caso em questão, pelo que foi pesquisado até o presente momento, compreendemos que a Suzano está propriamente se *territorializando* no Estado do Maranhão. *Isso porque ela é na mesma pessoa jurídica o capitalista, o dono dos meios de produção, e o proprietário de terras, que vive da renda fundiária. Ou seja, duas classes sociais em uma* (OLIVEIRA, 2004).

Dessa forma, podemos concordar com Neil Smith no que diz respeito à como o capitalismo unificou dialeticamente cidade e campo; mais ainda: como o campo brasileiro em parte industrializou-se (caso dos setores de silvicultura e sucroenergético, por exemplo); Todavia discordamos quando a interpretação pela via da industrialização da agricultura leva a obnubilar as especificidades do campo ou ainda pensar que as relações propriamente capitalistas (o trabalho assalariado) subsumiram a tudo e a todos<sup>13</sup>.

O desenvolvimento do capitalismo está assentado sob a base natural da diferenciação e a divisão territorial do trabalho. Estas duas características conformam a tendência para diferenciação. Vinculada à diferenciação está a tendência para igualização: a elevação ao plano

---

<sup>13</sup> Da mesma forma que Lênin, Kautsky (1980, p.16), por sua vez, também pensava que o desenvolvimento das relações capitalistas no campo levaria à proletarização do campesinato: “[...] a minha concepção da evolução social era que a exploração camponesa se via ameaçada de um lado pela fragmentação, de outro, pela grande empresa. Portanto, o mesmo desenvolvimento, embora talvez sob forma diversa, se produzia na agricultura e na indústria - a proletarização num dos polos, no outro a marcha avante da grande exploração capitalista”.

O historiador marxista inglês Eric Hobsbawm (1995, p.284) também vislumbrou, como Lênin e Kautsky, o fim do campesinato por conta da industrialização da agricultura: “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”.

No Brasil, na mesma linha de pensamento que Lênin, Kautsky e Hobsbawm, o economista Ricardo Abramovay também aponta o desaparecimento do campesinato em virtude do desenvolvimento de relações especificamente capitalistas no campo brasileiro: “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços culturais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 117). Não obstante, esquivando-se de pensar o campesinato como uma classe do capitalismo, o que o remeteria a um referencial teórico marxista, Abramovay escreve: “O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista para agricultura” (ABRAMOVAY, 1998, p. 129).

do capital de todas as relações não capitalistas, a industrialização da agricultura e a superação da dicotomia cidade-campo (no âmbito *formal*). Todavia, mais dois aspectos compõe a dialética entre diferenciação e igualização: *a concentração sócio espacial/centralização do capital e o ritmo da acumulação*. Como explica o autor:

Em primeiro lugar, devemos distinguir entre a concentração social e espacial e a centralização do capital. Quando Marx fala a esse respeito, geralmente quer dizer sobre o processo *social*, segundo o qual as unidades individuais de capital vêm a controlar quantidades cada vez maiores de capital. A concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é, desse modo, diferente da concentração e centralização sociais (SMITH, 1988, p.176).

É claro que estes dois processos escalares não podem ser pensados separadamente: a Suzano pode muito bem, se a considerarmos na escala do *capital individual*, concentrar capital e centralizar em determinados lugares (como está fazendo agora no Maranhão com suas fábricas). Um bom exemplo da concentração de capitais é observável com a aquisição de 50% da Ripasa em 2005, bem como a aquisição de 50% da Conpacel e KSR<sup>14</sup>, em 2010. Não podemos olvidar que este movimento do capital financeiro está vinculado ao capital produtivo que se materializa na criação de ambientes propícios à produção, extração de mais-valia e acumulação de capital: acessos rodoferroviários, plantas industriais, terminais portuários, etc.

Este “investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital” (idem, p.182). Para Smith, o ritmo da acumulação está profundamente ligado ao investimento no “ambiente construído, por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem” (idem, *ibidem*). A fossilização na paisagem é a marca geográfica da sucessão de tempos históricos regulares que dão forma a uma geografia específica de acumulação do capital. Em suas palavras: “o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital” (idem, p.183). O

---

<sup>14</sup> A Conpacel é o Consórcio Paulista de Papel e Celulose, formado pela Suzano e pela Votorantim Celulose e Papel S.A. Já a KSR é uma divisão especializada na distribuição de produtos gráficos, a maior da América Latina. Cf. <[www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br)>. Acesso em 28 ago. 2011.

ritmo, portanto, está no plano da temporalidade, da intensidade na qual a produção econômica inscreve-se na materialidade espacial (os objetos técnicos) ao longo do tempo.

Não obstante, o ritmo da acumulação traz, contraditoriamente, os períodos de *crise*<sup>15</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas traz consigo o germe da crise (superprodução, capital produtivo estagnado, queda de preços e redução da demanda, etc.). Fusões, aquisições e o investimento em capital fixo ao mesmo tempo em que são frutos do desenvolvimento do capitalismo e estratégias alternativas à crise, irão compor a geografia do desenvolvimento capitalista que se inaugura posteriormente.

Nesse aspecto, a crise do neoliberalismo, iniciada em 2006, talvez seja o maior exemplo. A Suzano (2009, p.5), por exemplo, destacou à época da crise, que “houve uma queda mundial da demanda por produtos e serviços e, conseqüentemente, uma redução dos preços, entre eles os da celulose, que já caíram cerca de 40%”. Continuando:

Depois de anos de crescimento econômico, essa desaceleração, ainda que não com esta dimensão, já era esperada. Por isso, desde 2006, a Suzano vem implementando medidas para se consolidar como uma das mais eficientes empresas de seu setor. Por conta disso, fizemos movimentos importantes:

- focar no aumento de escala,
- ampliar os prazos para pagamentos de dívidas e
- tornar a operação mais eficiente.

Isso nos permitiu chegar fortalecidos ao momento atual. O problema é que ninguém previu que essa desaceleração viria tão rapidamente e com essa força.

O momento exige mais esforços. Para preservarmos a saúde financeira da empresa, condição fundamental para continuarmos operando e crescendo,

---

<sup>15</sup> A compreensão das crises não é algo fácil e muito menos simplório dentro do modo capitalista de produção. E várias são as correntes que buscam explicar este fenômeno. Na visão de Harvey (2011, p.99): “Há uma tendência dentro da história da teorização de crises de procurar uma explicação dominante para a propensão capitalista a crises. Os três grandes campos tradicionais de pensamento são o esmagamento do lucro (os lucros caem porque os salários reais aumentam), a queda da taxa de lucro (mudanças tecnológicas que poupam trabalho se voltam contra o capitalista e a concorrência ‘ruinosa’ derruba os preços), as tradições do subconsumo (a falta da demanda efetiva e a tendência para estagnação associadas com a monopolização excessiva)”. O geógrafo britânico propõe uma análise das crises que, sem diminuir as contribuições dos três campos citados, amplifique o complexo de mediações explicativos. Em suas palavras: “Há, acredito, uma maneira muito melhor de pensar a formação de crise. A análise da circulação do capital aponta para vários limites e barreiras potenciais. A escassez de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, as desproporcionalidades entre os setores, os limites naturais, as mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas (incluindo a concorrência versus o monopólio), a indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva encabeçam a lista. Qualquer uma dessas condições pode retardar ou interromper a continuidade do fluxo do capital e assim produzir uma crise que resulta na desvalorização ou perda do capital. Quando um limite é superado, a acumulação muitas vezes depara-se com outro em algum lugar” (idem, *ibidem*).

tomamos medidas preventivas como a parada de produção, a redução de algumas posições de trabalho e a renegociação com fornecedores de equipamentos e insumos e prestadores de serviço (idem, ibidem).

A crise, como disse, abriu espaço para o *Novo Ciclo de Crescimento* da Suzano, iniciado em 2008. Este Novo Ciclo de Crescimento da Suzano consta da construção novas plantas industriais no Piauí e no Maranhão (em Imperatriz e a fábrica da Suzano Energia Renovável em Chapadinha<sup>16</sup>). Em outros termos, reflete a retomada do investimento da Suzano que se materializa no território na forma de *objetos técnicos*: 1) plantio florestal<sup>17</sup>, 2) plantas industriais, 3) acesso rodoferroviário e 4) terminais portuários. Esse movimento geográfico produz o que eu chamaria de *complexo monocultura-indústria-rodovia/ferrovia-porto*. O Maranhão tem sido palco desse movimento a julgar pelas monoculturas na região de Timon<sup>18</sup> e Porto Franco<sup>19</sup>, a planta industrial em Imperatriz<sup>20</sup>, o ramal ferroviário de João Lisboa<sup>21</sup> e o Terminal Portuário Grandis<sup>22</sup>, na capital do Estado. Compreende-se que a Suzano está buscando garantir as condições necessárias à produção e circulação de suas mercadorias. Isso explica o investimento em capital fixo para solucionar as crises. Mas, se concordarmos com Neil Smith, concluiremos que essa solução é sempre temporária:

---

<sup>16</sup> O objetivo do projeto em questão é a produção de *pellets* de madeira tendo como matéria-prima os plantios de eucalipto da Suzano Energia Renovável na região. A fábrica de pellets fica em Chapadinha, aproximadamente 230 km de São Luís. Trata-se de produzir *pellets* de madeira (*wood pellets*) para exportação. *Pellets* são partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas. Cf. <[www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br)>. Acesso em 27 ago. 2011.

<sup>17</sup> Em verdade, plantio florestal deveria estar entre aspas. Insisto que floresta é muito mais que uma área coberta de árvores. Isso são, em verdade, monoculturas. E o próprio prefixo *mono* define que aquilo que é cultivado/produzido é algo único. Nesse sentido, empresas como a Suzano Papel e Celulose podem destruir a diversidade florestal (sem qualquer exagero nessa afirmação) em nome de um monocultivo que é considerado, erroneamente, como floresta.

<sup>18</sup> Trata-se do plantio efetivo de uma área de 140.000 hectares, distribuídos ao longo de 7 anos, na região de Timon (STCP, 2010).

<sup>19</sup> A Suzano “prevê a necessidade de plantio efetivo de uma área de 60.000 hectares na região de Porto Franco” (STCP, 2010b, p.15).

<sup>20</sup> De acordo com a Suzano, a unidade fabril deverá produzir 1.500.000 toneladas por ano de celulose branqueada de eucalipto, sendo que parte será convertida para gerar 500.000 toneladas por ano de papel (PÖYRY, 2010).

<sup>21</sup> O referido ramal ferroviário a ser construído contará com 33 km de extensão interligando a futura fábrica de celulose e papel da Suzano em Imperatriz (MA) até a ferrovia Norte-Sul, localizada em João Lisboa, também no Maranhão (PÖYRY, 2011).

<sup>22</sup> “O Terminal Portuário Grandis e seus acessos rodoviário e ferroviário têm como finalidade receber, armazenar e expedir a celulose produzida, no Estado do Maranhão, pela fábrica da Suzano Papel e Celulose, localizada em Imperatriz. Com a implantação deste terminal, os maranhenses vão ganhar um importante corredor de exportação de celulose, cujos investimentos da ordem de R\$4 bilhões, permitirão ao país atingir significativos mercados consumidores do produto: Europa, América e Ásia” (PLANAVE, 2011, p.9).

Por mais catártica que possa ser, a exportação de mercadorias, de capital de produção, de trabalhadores, de dinheiro, ou mesmo de desemprego e desvalorização, é sempre, somente uma solução temporária que, no final das contas, exacerba o problema. Quanto mais geral se torna a crise, tanto mais difícil se torna exportar a crise (SMITH, 1988, p.193).

Ressalta-se o papel das escalas espaciais como conceito-chave de compreensão do desenvolvimento desigual. E aqui justamente reside a maior contribuição de Neil Smith para a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual*: a dialética da diferenciação-igualização é apreendida pelas escalas espaciais produzidas pelo capital.

O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital [...], estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. [...] Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. [...] O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital (idem, p.196-197).

Para o geógrafo escocês as três escalas espaciais do capital são: urbana, nação-estado e global. A escala urbana é “a expressão necessária da centralização do capital produtivo” (idem, p.197). Ela está vinculada ao deslocamento diário para o trabalho e ao mercado de trabalho local.

Assim, os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites à integração espacial na escala urbana: *onde os limites urbanos se tornaram super-estendidos, surge a ameaça de fragmentação e desequilíbrios na universalização do trabalho abstrato*; onde são por demais restritos geograficamente, a força de trabalho urbana é comparativamente limitada e a oportunidade surge da estagnação prematura no desenvolvimento das forças produtivas (idem, p.198, itálicos meus).

Mas existem problemas com essa avaliação de Neil Smith (especialmente na parte por mim grifada). Por dois fatores: primeiro porque um desequilíbrio na universalização do trabalho

abstrato sugere um desequilíbrio na universalização do valor (posto que o trabalho é em Marx a substância do valor). O segundo problema é que o trabalho (a relação orgânica entre o homem e a natureza), sob o modo capitalista de produção, é convertido em trabalho abstrato (aquele que produz mais-valia).

Começemos pelo primeiro problema. Em *O capital*, diz Marx (2010, p.60):

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos nele corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

O trabalho abstrato é assim a abstração real da concretude de todos os outros trabalhos (do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro, etc.):

Pondo-se de lado o desígnio da atividade produtiva e, em consequência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio de força humana de trabalho. O trabalho do alfaiate e o do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculo, nervos, mãos, etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano. Sem dúvida, a própria força humana de trabalho tem de atingir certo desenvolvimento, para ser empregada em múltiplas formas. O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral (idem, p.66).

Vê-se, então, que a utilidade individual/particular do trabalho concreto cede espaço ao trabalho em seu sentido geral, abstrato. Esse geral, abstrato, é justamente o que igualiza todos os trabalhos concretos. Dessa forma, não importa se se trata de um trabalho urbano ou um trabalho rural, tampouco se é um trabalho industrial ou agrícola, muito menos se é um mercado de trabalho local, regional ou nacional: todo trabalho humano igual ou abstrato cria o valor das mercadorias.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato. Considera-se o casaco, por exemplo, simples corporificação do trabalho humano abstrato, e o trabalho do alfaiate, nele realmente aplicado, apenas a forma, em que se realizou o trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade do trabalho do alfaiate não consiste em que ele faça um casaco, hábitos ou até monges, mas em que produza um corpo que denota



valor, massa de trabalho, portanto, que absolutamente não se distingue do trabalho objetivado no valor do linho. Para ser esse espelho de valor, o trabalho do alfaiate tem de refletir, apenas, a propriedade abstrata de ser trabalho humano (idem, p.80).

A alma da mercadoria é o trabalho humano abstrato; é aquilo que anima as trocas. O trabalho humano abstrato é então a forma social que igualiza todos os trabalhos, concretos, úteis, dos conteúdos mais diversos. Quando Marx fala do fetichismo é também enfático quanto ao caráter social do trabalho humano abstrato:

Os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações sociais que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (idem, p.95).

Não restam dúvidas, portanto que o trabalho humano abstrato, geral, socialmente necessário é a substância do valor. A discordância quanto às argumentações de Smith é o fato dele sugerir a ameaça de fragmentação e desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato. O trabalho abstrato, como vimos, é universal numa sociedade regulada pelas trocas posto que seja esta qualidade de ser uma abstração real que torna as mercadorias permutáveis funcionando como valor, cuja substância é o trabalho humano abstrato. O duplo caráter do trabalho, de ser individual e abstrato, somente é especificamente social na segunda assertiva, ou seja, só é socialmente necessário quando se põe como abstração real.

O segundo problema diz respeito à distinção entre trabalho e trabalho abstrato que Neil Smith não faz posto que concebe todo trabalho como trabalho abstrato sem atentar-se para a peculiaridade do modo capitalista de produção que é subordinar o trabalho (o intercâmbio orgânico com a natureza) ao trabalho abstrato (aquele que produz mais-valia). Nas palavras de Sérgio Lessa (2007, p.169-170):

O trabalho é o intercâmbio orgânico com a natureza, a categoria fundante do mundo dos homens. O trabalho abstrato é aquele que produz mais-valia. Como a mais-valia pode ser produzida não apenas no intercâmbio orgânico com a natureza, mas também na prestação de uma enorme gama de serviços, o trabalho abstrato é muito mais amplo que o trabalho. O trabalho abstrato inclui toda e

qualquer atividade que produza mais-valia, seja ela uma posição teleológica primária ou não.

O trabalho, por sua vez, é a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, inclusive da sociedade capitalista. É ele que produz os bens de produção e de subsistência. O fato de, sob a regência do capital, ser também produtor de mais-valia, faz com que ele seja, além de trabalho, trabalho abstrato. Se hoje quase todo o trabalho (transformação da natureza) foi convertido em trabalho abstrato (produção de mais-valia), o inverso não é verdadeiro: nem todo o trabalho abstrato produz meios de subsistência e de produção como o faz o trabalho (transformação da natureza).

Nesse sentido, não podemos concordar com o geógrafo escocês quando este afirma que a extensão amplificada dos limites urbanos (que não se confunde com os limites da cidade) torna iminente a fragmentação e o desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato.

A segunda escala do capital analisada por Neil Smith é a escala global. Ele começa dizendo que “o capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial” (SMITH, 1988, p. 201). Ora, mas o capitalismo não *herda* a escala global, mas sim produz as escalas onde vai atuar, sejam elas quais forem (global, regional, nacional, urbana).

Outro problema é Smith defender que “o mercado mundial baseado na troca se transformou numa economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado” (idem, *ibidem*) O capitalismo *não* universalizou o trabalho assalariado, a relação propriamente capitalista, mas sim universalizou o trabalho *abstrato*, como advogamos anteriormente. O trabalho familiar camponês é uma relação totalmente distinta do trabalho assalariado, por exemplo.

Mas concordamos com o autor quando escreve que “o capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem. Apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituir-lo, a definição da escala global é quinta-essencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo” (idem, p.202).

Por essa leitura Smith (idem, p.202) chama atenção para o *ajuste espacial* presente no colonialismo, que “funcionou como um tipo de ajuste espacial “externo”, embora transitório, mas da mesma forma que a integração espacial na escala global se tornava real e não simplesmente formal, o espaço geográfico negava sua exterioridade”.

O conceito de *ajuste espacial*, que Neil Smith introduz para explicar o colonialismo, foi, na verdade, primeiramente trabalhado por David Harvey (2005). Para Harvey, o ajuste espacial é

um mecanismo econômico-político do capitalismo caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro que irá absorvê-los lucrativamente por meio do capital fixo incorporado a terra ou pela expansão geográfica.

Em nossa pesquisa é possível verificar um *ajuste espacial*? A resposta é afirmativa uma vez que a Suzano tem exportado seus excedentes de capital para espaços “exteriores” relativamente subdesenvolvidos economicamente, como o Maranhão, transformando-o em um espaço de acumulação ao mesmo tempo em que produz espaço (plantas industriais, monoculturas, portos, etc.). Cabe ressaltar que é uma solução temporária para crise, porque, como se sabe, o capitalismo não supera suas crises, apenas contorna.

Chegamos, finalmente à terceira escala espacial do capital: A Escala da Nação-Estado.

Se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial (SMITH, 1988, p.204).

A escala da nação-estado realiza uma espécie de mediação entre a escala urbana (que tende para diferenciação) e a escala global (que tende para a igualização). Nessa mediação, as Nações-Estado erigem-se sobre o território nacional controlando o espaço político subjacente. Por outro lado, sendo o *Estado o comitê político da burguesia*<sup>23</sup>, um Estado de classe, ele se desenvolve “para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta” (idem, p.205).

Está claro o nexos Estado-capital que Neil Smith quer demonstrar. A escala da nação-estado não é só um produto do capital, mas também tem sua gênese nas cidades-estados, reinos, ducados, entre outros, que foram transformados pela evolução do capitalismo em um poderoso agente territorial político-econômico. Apesar disso, não se formou um Estado Internacional; o que ocorreu, todavia, foi a constituição de instituições internacionais com caráter de Estado ao

---

<sup>23</sup> “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2008, p.47).

mesmo tempo em que são supra-estatais: FMI, Banco Mundial e Organização das Nações Unidas<sup>24</sup>.

Por isso tudo, as três escalas aludidas por Smith estão em permanente tensão dialética a cada movimento do capital (o ir e vir incessante de excedentes). Centraliza-se em um lugar, descentraliza-se em outro. À época do *Imperialismo*, tão bem retratado por Lênin (1987), foram as colônias o espaço privilegiado de absorção de excedentes de capital; No *novo imperialismo*, a China tem sido o espaço por excelência da expansão do capitalismo pós-Muro de Berlim. Desenvolvimento e subdesenvolvimento caminham lado a lado em virtude do movimento do capital em busca de lucratividade. Crise imobiliária nos Estados Unidos? Exporte capital para o Brasil. Dificuldade em adquirir terras em São Paulo? Adquiras as terras no Maranhão (FIGURA 01). O movimento incessante do capital produz espaços de acumulação cada vez mais globalizados e integrados à dinâmica regional, nacional e mundial. Trata-se de uma permanente busca de superação das crises (excedentes de capital e força de trabalho) que se tornam cada vez mais globais.

Figura 1- Valor da aquisição de terras

Regiões	UF	Estimativa de Preço de Terra (R\$/ha)		
		Mínimo	Máximo	Média
Nordeste / Sudeste	BA / MG	1.480	6.670	3.790
Sudeste	SP	2.440	7.150	5.680
Nordeste / Norte	PI / MA	430	1.320	760
Sul	PR / SC	2.470	7.200	4.660
Centro-Oeste	MT / MS	1.560	7.090	3.190

Fonte: Câmara setorial de silvicultura, 2009.

<sup>24</sup> Raciocínio similar é feito por David Harvey em *O enigma do capital*. Recorrendo à acumulação por espoliação, a exemplo das hipotecas *subprime*, bem como, aos ajustes espaciais perpetrados com o objetivo de resolver o problema de absorção do capital excedente, Harvey salienta a criação de *instituições internacionais com caráter de Estado* como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.

Decorre daí a importância de se analisar o Estado moderno como uma *forma territorial de organização social*. Harvey (2011, p.157) nos diz que: “foram as principais potências capitalistas que dividiram grande parte da superfície da terra em áreas coloniais e imperiais, especialmente no período de 1870 a 1925”.

Julgo ter apresentado as contribuições de Neil Smith acerca do desenvolvimento geográfico desigual e relacionado, sempre que possível, com a realidade da pesquisa desenvolvida. O geógrafo escocês dá sua contribuição decisiva via o conceito de escala. Dessa forma, busquei tatear e relacionar com o movimento econômico-territorial que a Suzano vem realizando no Maranhão, especificamente na Mesorregião Leste. Todavia, não posso ocultar o fato de Smith dar pouca atenção a uma espécie de escala do “campo” ou uma escala rural<sup>25</sup>. Isto pode ser explicado pelo fato de que para o autor citado a escala urbana unificar contraditoriamente campo-cidade. *Stricto sensu* ele está correto porque o fenômeno da urbanização, como já disse, é a síntese contraditória da relação campo-cidade<sup>26</sup>. Todavia, tal fenômeno não implica no desaparecimento das diferenças entre campo e cidade.

Mas qual seria então, em termos escalares, o instrumento de leitura político-econômica do campo brasileiro? A renda da terra.

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos.

A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

---

<sup>25</sup> É bem verdade que isso decorre também da história agrária dos Estados Unidos e do Brasil. Se nos Estados Unidos praticamente não existem conflitos agrários de grande porte envolvendo camponeses, no Brasil ocorre justamente o contrário (o que leva a uma ampla gama de estudos de geografia agrária sobre os conflitos sociais no campo, movimentos sociais, etc.). No Brasil, onde a terra se tornou *cativa*, para utilizar as palavras do sociólogo José de Souza Martins (2010), os Estados Unidos conheceu “[...] uma democratização do regime de propriedade da terra, resultada do *Homestead-Act*, publicado em 1862. Com ele seguiu-se a distribuição gratuita de terras livres entre os pequenos proprietários, a razão de 160 acres (64,7472 hectares) por família ganhando com isso a colonização baseada na pequena propriedade. Em virtude dele de 1862 até 1890, distribuiu-se terra a cerca de um milhão de pessoas” (OLIVEIRA, 2007, p.81). Contudo, em um aspecto Brasil e Estados Unidos são análogos: a expropriação das terras indígenas.

<sup>26</sup> Nestes termos, tomo como base a crítica que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira dirige ao diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO): “José Graziano da Silva acerta no principal, ou seja, é verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. *O urbano tornou-se assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória*. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. *Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro*” (OLIVEIRA, 2004, p.44, itálicos meus).

Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária (OLIVEIRA, 2007, p.43).

Dessa forma, na busca por auferirem maiores quantidades de renda da terra, os proprietários fundiários produzem no campo a diferenciação geográfica. Os solos de alta fertilidade natural (massapê, terra-roxa, tchernoizon, etc.) são rapidamente apropriados privadamente pelos proprietários de terra com o intuito de garantir a renda da terra.

Oliveira (2007, p.43) distingue, sob o modo capitalista de produção, três formas de renda da terra:

Assim, a renda da terra sob o modo capitalista de produção é, na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**.

Embora, na prática, seja difícil distinguem-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas.

Além dessas duas formas de renda da terra, sob o modo capitalista de produção, existe a **renda de monopólio** que é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais.

A renda da terra permite compreender o funcionamento de complexos padrões de diferenciação no campo. A concorrência entre os capitalistas da agricultura em busca de solos férteis e bem localizados faz com que as atividades agrícolas se distribuam espacialmente obedecendo tais requisitos. Segundo Oliveira (2007) O lucro suplementar auferido a partir da fertilidade natural ou da localização dos solos é nomeado *renda da terra diferencial I*. Quando o

lucro suplementar é auferido a partir de investimentos de capitais que visam melhorar a fertilidade natural da terra tem-se a *renda diferencial II*.

Para o nosso caso, a região Leste Maranhense, Ferreira (2008) apontou que os solos da região são de baixa fertilidade natural e exigentes em corretivos e fertilizantes químicos e orgânicos ocorrendo em áreas de topo das chapadas. Temos então que uma diferenciação natural (a fertilidade dos solos) é incorporada à produção agrícola de forma desigual para que os capitalistas da agricultura possam auferir a renda da terra diferencial I (colocando a terra para produzir, caso do Latossolo Amarelo, no Maranhão). A Suzano não fica de fora deste mecanismo não só porque tem plantado eucaliptos no Leste Maranhense, mas também porque tem aplicado capital na silvicultura para auferir a renda da terra diferencial II:

Desde 1983 a Suzano pesquisa a adaptabilidade de clones em diferentes gerações de clones de eucalipto para o clima mais seco do Maranhão. Com isso, criou condições para que a cultura do eucalipto seja uma realidade nesta região do País. Atualmente, em torno de 500 hectares estão plantados, em caráter de experimental [sic] e em estágios diferenciados de desenvolvimento, em cerca de dez municípios. Os resultados das pesquisas possibilitam a seleção de clones com maior produtividade, melhor capacidade de adaptação, entre outros fatores de desenvolvimento (STCP, 2010, p.22).

Sendo assim, a incorporação de solos menos férteis, caso do Latossolo Amarelo do Cerrado Leste Maranhense, permite auferir a *renda da terra diferencial I* (oriunda da fertilidade natural). E quanto à localização? Neste caso entra em cena o sistema de transportes “permitindo assim que o efeito dos mesmos sobre os preços, e conseqüentemente, na formação da renda, praticamente possa desaparecer. Este fato mostra o caráter temporário que esta causa da renda pode ter” (OLIVEIRA, 2007, p. 51). Exemplificando: o solo do leste maranhense pode até ser o “pior” solo para ser destinado à silvicultura; mas como fica próximo do mercado consumidor europeu isto barateia os custos do frete. Todavia, para que haja tal barateamento é necessário um amplo investimento no setor de transportes. E o que a Suzano tem feito? Justamente construído acessos rodoferroviários que interligam monoculturas, plantas industriais e terminais portuários para o escoamento de sua produção. A renda da terra diferencial II aparece quando a Suzano investe capitais na *melhoria genética* de clones de eucalipto adaptado às condições edafoclimáticas da região. Como sentencia Oliveira (2007, p.55, itálicos meus): “Cabe salientar,

também, que a formação da renda da terra diferencial II, pode não se dar apenas pela melhoria nas condições de fertilidade do solo, mas, também, pela *melhoria das condições genéticas das sementes empregadas*. Pode também, advir da adequação genética das sementes ou mudas às condições ambientais gerais das diferentes parcelas do globo terrestre em cultivo para o mercado pelos capitalistas”.

Resta-nos a renda da terra absoluta. Nas palavras de Oliveira (2007, p.57):

[...] pode-se afirmar que a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra.

Como vemos, a renda da terra absoluta resulta diretamente do monopólio. E a Suzano, como um poderoso agente econômico monopolista, aufere tal tipo de renda simplesmente porque na condição de proprietária de terra possui o direito de receber renda quando coloca a terra para produzir.

A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do “pior” solo). Dessa maneira, o lucro extraordinário obtido, ao contrário da renda da terra diferencial I e II, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras (OLIVEIRA, 2007, p.55).

Julgamos assim ter salientado a importância de se considerar a renda da terra como instrumento de leitura do campo brasileiro (para o nosso caso, o campo do Leste Maranhense). Exemplificando com a Suzano vimos que esta empresa se apropria tanto do lucro industrial e agrícola, quanto da renda da terra (o lucro suplementar). É este mecanismo, tão bem caracterizado por Oliveira (2004; 2007) que explica o porquê da região Leste Maranhense, se



depende das atividades da Suzano, estar se transformando em um “mar de eucalipto” ou, como é mais propriamente conhecida a silvicultura, “deserto verde”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi aqui exposto entende-se que o desenvolvimento desigual do capitalismo é marcadamente espacial. A espacialidade deste desenvolvimento desigual revela-se claramente no movimento escalar que o capital realiza em busca da mais-valia. A universalização do trabalho abstrato, ou seja, do trabalho que produz mais-valia é o exemplo claro da mundialização do capital.

Não objetivamos aqui esgotar toda a riqueza teórica e conceitual que o livro, *Desenvolvimento Desigual*, do geógrafo Neil Smith nos oferece. Nosso foco foi enfatizar o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo. Essa ênfase do caráter espacial coloca a questão do desenvolvimento desigual como eminentemente geográfica, ou seja, requer da Geografia a produção de um conhecimento científico e filosófico acerca das objetivações humanas no espaço.

Assim, compreender o desenvolvimento desigual do capitalismo, seja ele em nível de agricultura ou de indústria, implica em saber acionar as *categorias da economia política* que nos permitem entender a realidade. As principais categorias que enfatizamos foram *trabalho, renda da terra e mais-valia*.

Não obstante, pela lente da *dialética marxiana*<sup>27</sup>, possibilitou-se compreender o movimento espacial da Suzano e sua consequente *territorialização* no Maranhão. Contraditoriamente, após o início da crise de 2006, uma crise do neoliberalismo, a Suzano anuncia um *Novo Ciclo de Crescimento*, no qual o Estado do Maranhão figura como receptáculo por excelência dos seus projetos de desenvolvimento. Projetos de desenvolvimento esses que abrangem monoculturas, acessos rodoferroviários, plantas industriais e terminal portuário. O *ajuste*

---

<sup>27</sup> Diz Marx (2010, p.28) em *O capital*: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele, inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado”.

*espacial* da Suzano se materializa na sua *exportação de capital* para o Maranhão, bem como sua consequente territorialização.

A leitura crítica da compreensão de Neil Smith sobre o *desenvolvimento desigual do capitalismo* nos possibilitou também entender como o referencial analítico marxiano segue sendo fundamental para o entendimento da sociedade capitalista.

Por isso tudo, o conceito de *desenvolvimento desigual* que nos oferta Neil Smith, baseado na *articulação entre produção do espaço e os movimentos escalares do capital*, é um momento da inteligência, a captura da forma-conteúdo, que expressa justamente as totalidades histórico-objetivas das relações sociais capazes de serem apreendidas racionalmente e historicamente pelo homem em seu processo de humanização, em sua atividade material, intelectual e científica. Atividade intelectual e científica esta cujo próprio Neil Smith foi um dos exemplos mais brilhantes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ed. Campinas: Hucitec e Unicamp, 1998.

CÂMARA SETORIAL DE SILVICULTURA. **Agenda estratégica do setor de florestas plantadas**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.abraflor.org.br/agenda/agenda\\_silvicultura\\_web.pdf](http://www.abraflor.org.br/agenda/agenda_silvicultura_web.pdf)>. Acessado em: 04 de setembro de 2011.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**; prólogo de J.B.S. Haldane. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana São Paulo, 2008. 269 f.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos SZLAK. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos (O breve século XX: 1914-1991)**. Trad. Marcos SANTARRITA. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Trad. C. Iperoiç. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. Olinto BECKERMAN. 4ªed. São Paulo: Global, 1987.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí-RS: Editora Unijui, 2007.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actual Marx**, 18, 1995. p.73-80.

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Cf.<<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em 01 set.2012a. p.1-20.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ªed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II**; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro NASSETTI. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005. 160p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p.29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Labor, 2007. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro\\_aviovaldo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2011.

PLANAVE S.A. **Relatório de Impacto Ambiental - RIMA Terminal Portuário Grandis e seus acessos rodoviário e ferroviário.** São Luís - MA. Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br). Acesso em 26 de agosto de 2011.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da SUZANO PAPEL E CELULOSE para Fabricação de Celulose Branqueada e Papel, no município de Imperatriz, no Estado do Maranhão** (2010). Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br). Acesso em 26 de agosto de 2011.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA Ramal Ferroviário. Suzano Papel e Celulose Projeto Grandis - MA.** Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br). Acesso em 26 de agosto de 2011.

RECLUS, Élisée. A natureza da geografia. In ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus.** Tradução Maria Cecília França, Januário Francisco Megale e B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Editora Ática, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ªed. São Paulo: Edusp, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STCP Engenharia de Projetos Ltda. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FLORESTAL DA SUZANO, NA REGIÃO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO.** Curitiba, janeiro de 2010. Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br).

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FLORESTAL DA SUZANO, NA REGIÃO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO.** Curitiba, janeiro de 2010b. Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br).

SUZANO. **A Suzano e o fomento na Bahia.** 2009. Disponível em [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br). Acesso em 27 de agosto de 2011.

Recebido em: 27/10/ 2013

Aceito em: 01/05/ 2014